

Aposta para concluir grandes obras, seguro causa disputa na Câmara

Por Raphael Di Cunto e Fabio Graner | De Brasília

Principal aposta do governo para garantir a conclusão de grandes obras, a contratação de seguro-garantia com cláusula de retomada nos contratos acima de R\$ 100 milhões virou o maior impasse no projeto que reformula a Lei de Licitações e que deve ser votado amanhã por uma comissão especial da Câmara dos Deputados.

Empreiteiras e seguradoras disputam uma queda de braço sobre o percentual de 30% que será segurado. Enquanto as construtoras reclamam do alto custo, que pode restringir a concorrência, as seguradoras dizem que esse é o mínimo necessário para viabilizar a operação. O projeto, aprovado há dois anos no Senado, está em fase final de discussão na Câmara e a ideia é votá-lo no plenário antes das eleições (ver matéria abaixo).

O seguro já existe na Lei 8666/93, com garantia entre 5% e 10% do contrato e o projeto propõe elevar para até 20% em serviços e compras inferiores a R\$ 100 milhões. O percentual exato dependerá da avaliação dos custos pela administração pública. Há outras opções mais caras, que são caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou fiança bancária, e que permanecerão na nova legislação.

A inovação mais importante, contudo, e que gera polêmica no Congresso, é nas obras e serviços de engenharia acima de R\$ 100 milhões. O projeto obriga um seguro de 30% do valor do contrato com cláusula de retomada (chamada "step in") para que, caso a construtora não execute a obra, a seguradora fique responsável por concluí-la ou indenize o governo pelos prejuízos da paralisação e relicitação.

No caso de uma obra que custe R\$ 100 milhões, por exemplo, e que a empreiteira largue na metade, a seguradora terá duas opções. Ela pode contratar a execução do restante, receber a diferença que falta e trabalhar para que os gastos adicionais fiquem abaixo dos 30% segurados, situação em que economizaria com a garantia; ou deixar o governo licitar novamente a obra e indenizá-lo pelos sobrecustos decorrentes em até R\$ 30 milhões (30% do contrato).

O secretário-executivo adjunto do Ministério do Planejamento, Walter Baere, ressaltou a importância desse mecanismo, inspirado no modelo americano. Na sua visão, a versão brasileira é menos abrangente, mas ajudará a diluir os riscos de obras não acabarem.

O setor de construção discorda e tem trabalhado para reduzir esse percentual. Para o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da

Construção, José Carlos Martins, o dispositivo é ruim e levará a concentração de mercado ao encarecer as obras. Ele defende que o projeto deveria focar em corrigir a postura do setor público como contratante, que atrasa os pagamentos, licenças e apresenta projetos mal feitos.

Já o presidente da Comissão de Crédito e Garantia da Federação Nacional dos Seguros Gerais (FenSeg), Roque Melo, afirma que 30% é o mínimo necessário para assumir a responsabilidade pelo término da obra. "Com base na experiência internacional, esse é o percentual mais adequado. Não estamos em absoluto falando que com 20% o mercado não vai emitir [as apólices], mas assumirá um compromisso que provavelmente não conseguirá cumprir", disse.

O custo do seguro, diz a FenSeg, dependerá do histórico e condição financeira da construtora. "Não há uma tabela de preços propriamente dita", afirmou Melo. "É óbvio que a obra ficará mais cara com esse item adicional, mas não é um valor tão significativo perto do benefício que será obtido", completou. Além disso, resalta, o projeto traz outros aperfeiçoamentos para tentar corrigir os demais problemas apontados pelas empreiteiras.

A preocupação do mercado de seguros com esse dispositivo,





discutido com o governo desde 2012, é outra. O projeto determina que, se não assumir a execução da obra, a seguradora terá que pagar a multa aplicada à empreiteira e bancar os sobrecustos e indenizações. Na prática, terá que arcar com a totalidade dos 30% segurados.

Melo reclama de a seguradora assumir a multa, o que não ocorreria nem nos países onde a garantia é de 100% do contrato, e diz que isso acaba com a opção de escolha do setor. "Existirão situações, das mais diversas, em que a obra não poderá ser retomada e a seguradora não pode ser punida por isso", disse. "Se permanecer o texto do Senado, não haverá seguro-garantia para as obras públicas", ameaçou.

O assunto também fomenta embates na Câmara. O relator do

projeto, deputado João Arruda (MDB-PR), disse que não pretende mexer no mecanismo. "O seguro já será uma espécie de triagem de quem pode fazer a obra e de quem não pode. A seguradora não vai dar garantia a empresas sem qualidade ou com dívidas, será uma forma a mais de seleção, e ainda atuará na fiscalização do serviço", defendeu.

O deputado Afonso Florence (PT-BA), por outro lado, afirmou que o dispositivo limitará o mercado e aumentará os custos sem atacar o principal motivo para a paralisação de obras, que é a falta de pagamentos pelo próprio poder público (e que não estará coberto pelo seguro). "É um erro. Se isso passar quem decidirá quais grandes obras serão feitas nesse país serão as seguradoras."

Texto reformula Lei de Licitações

Por Raphael Di Cunto e Fabio Graner | De Brasília

O projeto de lei para reformular a Lei 8.666/93, que regulamenta as licitações no serviço público promove dezenas de mudanças, como instituir novas modalidades de concorrência, sextuplicar os valores para dispensa de licitação, acabar com a carta-convite, criar um site para concentrar informações sobre todas as concorrências públicas do país e fortalecer os comitês de licitação.

O texto, aprovado pelos senadores em 2016, ganhou força este ano como parte da agenda microeconômica do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A ideia é aprovar o PL no plenário antes das eleições e encaminhar para o Senado dar o aval final até o fim do ano.

O projeto faz a exclusão de "erro grosseiro" dos critérios para classificar sobrepreço e superfaturamento. Essa expressão, afirmam empresas e partidos como o PT, é muito aberta e dá margem para discricionariedade do Judiciário e órgãos de controle. O assunto ganhou mais relevância porque a proposta aumenta em até quatro anos a prisão por fraude em licitações se ficar comprovado sobrepreço ou superfaturamento. Pelo PL, seria necessário provar que

o servidor público ou empresa teve a intenção de fraudar.

Outra alteração é que as cautelares do Tribunal de Contas da União (TCU) para paralisar licitações e contratos com indícios de irregularidades, hoje sem prazo para durarem, só serão mantidas por até 60 dias, com o argumento que isso agilizará os certames.

Técnicos do TCU são contra. Dizem que o risco pode continuar a existir após esse período e citam dado do governo federal de que, de duas mil obras paradas no país, apenas 12 são por decisões do tribunal - as demais são por falta de licenças, disputas judiciais ou atrasos em pagamentos.

Também há questionamentos sobre o valor que poderá ser dispensado de licitação. Hoje os órgãos públicos podem contratar diretamente, sem concorrência, até R\$ 8 mil em compras e R\$ 15 mil para obras. Com o argumento de que não há atualização há 25 anos, o projeto sextuplica os valores: R\$ 50 mil para compras e R\$ 100 mil para serviços.

Segundo o relator do projeto, deputado João Arruda (MDB-PR), o texto está em fase final de negociação e um dos principais avanços será um site nacional de licitações e pregões, que concentrará informações para que contratos de

todo o país possam ser comparados. O site também divulgará os editais de licitações, permitindo que empresas de todo o país participem. O relator ainda defende que a criação do cargo de "agente de licitações", que será treinado pelos tribunais de contas, tornará mais profissional a realização dos certames.

Para o secretário-executivo adjunto do Ministério do Planejamento, Walter Baere, o projeto corrige defesagem do Brasil num contexto internacional de atualização nas regras de contratações do setor público.

Baere destaca como umas das principais inovações o conceito de diálogo competitivo, no qual a sociedade e as empresas interessadas no projeto participam previamente da sua elaboração. Isso, disse, deve reduzir o problema de falhas de projeto, que levam a encarecimento dos custos finais. "No Brasil, as falhas de projeto levam a aditivos em profusão. É uma situação em que não importa o preço da licitação porque já se sabe que terá aditivos", afirmou.

O TCU também considera esse novo modelo positivo, com experiências bem-sucedidas na Europa, mas as empreiteiras questionam. "Essa modalidade parece sinônimo de corrupção, diz nota técnica da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).





O PL ainda cria o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), conceito que já existe no segmento de concessão, introduzido há cerca de três anos. Nesse caso, as empresas podem levar ao governo projetos e apresentar propostas e quando a licitação for feita, o vencedor paga para quem fez o projeto. "Isso só existe para concessões, não como regra geral de contratações, o que agora poderá ocorrer", disse Baere.

O terceiro ponto que o governo considera parte da "espinha dorsal" do PL é a transferência de risco do projeto para o contratante, de forma a evitar os aditivos contratuais. Baere admite que isso pode levar a uma primeira impressão de que o preço da licitação ficará mais caro, mas, na visão dele, o resultado tende a ser melhor para a administração porque haverá menos aditivos. O controle de qualidade será feito pelo DNIT e a licitação será precificada com base em estimativa dos preços do mercado.

Baere também destacou a inversão de fases na licitação, permitindo que a habilitação ocorra após a avaliação das propostas. Assim, a apresentação de documentos e demais exigências ocorreriam após o resultado, o que em tese aumentaria a competição e encurtaria o prazo da licitação, evitando excessos de impugnação.

PIB do País pode ficar patinando em 1,3%

Segundo estudo, crescimento será baixo até 2031 se trajetória das contas públicas seguir inalterada e nenhuma reforma fiscal for aprovada

Adriana Fernandes/BRASÍLIA

Planejamento estratégico de longo prazo do governo revela que o crescimento da economia brasileira ficará abaixo de seu potencial e vai patinar em 1,3% ao ano, a partir de 2021 até 2031, se a trajetória atual das contas do governo permanecer inalterada e nenhuma nova reforma fiscal for aprovada.

O ritmo de alta da atividade econômica desacelera nos próximos três anos – 3% em 2019 para 1,3% depois de 2021 – devido à falta de solução para o rombo das contas públicas, o que pode levar ao aumento da rigidez orçamentária da União. Nesse cenário, o déficit fiscal só começaria a ser revertido em sete anos, em 2025, após 11 anos no vermelho.

As previsões, às quais o Broadcast teve acesso, serviram de base para a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2020- 2031), que entra em audiência pública hoje. A elaboração do plano é uma orientação do Tribunal de Contas

da União (TCU) e marca uma mudança na forma do governo definir suas prioridades de atuação, trocando o curto prazo por metas de médio e longo prazos.

Projeto em tramitação no Congresso exige a elaboração do plano de longo prazo. O documento foi elaborado com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, que prevê alta do PIB de 3% (2019), 2,4% (2020) e 2,3% (2021 a 2031). Esse último é o crescimento potencial do País estimado pelo governo. Mas a alta média do PIB pode ser maior e chegar a 3,9% se, além das reformas fiscais, outras medidas microeconômicas forem aprovadas, dando gás à atividade econômica.

A melhoria das contas públicas seria também mais rápida com as contas indo para o azul já em 2021 e a dívida recuando para 34% do PIB. Consenso. "Queremos criar um consenso em torno das prioridades", diz o ministro do Planejamento, Esteves Colnago. Segundo ele, as previsões mostram que serão necessárias medidas para reduzir o peso das despesas obrigatórias no total de gastos do governo.

Pelos cálculos do Planejamento, com o quadro atual a participação das despesas

obrigatórias no Orçamento sobe de 91% em 2017 para 98% em 2021. O cenário considerou a manutenção do teto de gasto e nenhuma nova receita extraordinária. "O governo que vier vai ter de aprovar a Reforma da Previdência, intensificar a verificação dos planos sociais, saber se todo mundo que recebe deveria estar recebendo, e alguma reforma administrativa".

Esses três pontos, afirma o ministro, garantem um bom ambiente econômico com contas solventes. "Teremos cada vez menos espaço para fazer investimento", alerta. A estratégia de 12 anos será o planejamento de mais longo prazo do governo e visa a convergir as prioridades dos mais de 70 planos setoriais que os diversos órgãos da administração direta são obrigados a fazer.

"Temos planos setoriais de cinco anos, sete anos. Precisamos pensar no conjunto onde o Brasil quer chegar", afirma o ministro. "É um plano de Estado, da sociedade, e não de governo", ressalta Colnago. Segundo ele, a Constituição prevê a elaboração do Plano, mas a medida até agora não foi regulamentada. O Plano Plurianual da União (PPA), que tem vigência de quatro em quatro anos, terá de se ajustar também à Estratégia Nacional.





O ministro ressalta que cada vez mais a iniciativa privada será o motor da expansão. O novo plano tem como meta a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,754 (nível alto) para 0,800 (nível muito alto) no período entre 2020 e 2031. O PIB per capita pode crescer 1,8% por ano (cenário básico) e 3,3% (cenário transformador).

BRASIL DO FUTURO

● **Governo traça três cenários distintos para os próximos 13 anos**

1 – Cenário Básico

Com reformas que sustentam o teto de gastos (previdência e administrativa)

PIB per capita: Alta de 1,8% entre 2019 e 2031

PIB: Média de 2,3% entre 2019 e 2031

Finanças: Superávit volta em 2023 e atingiria 3,5% do PIB em 2031

Dívida Bruta: Atinge 82,2% do PIB em 2023, recuando para 73,6% em 2031

2 – Cenário transformador

Com reformas fiscais e medidas microeconômicas que elevam o potencial do PIB

PIB per capita: alta de 3,3% ao ano

PIB: alta de 3,9% entre 2019 e 2030

Finanças: volta do superávit em 2021 com elevação do resultado para 6,5%

Dívida Bruta: recua para 34% do PIB em 2031

3 – Cenário negativo

Sem reformas e aumento da rigidez do Orçamento

PIB: alta de 3% (2019); 2,4% (2020); 2,3% (2021) e 1,3% (por ano até 2031)

Finanças: Superávit volta só em 2025

CONJUNTURA »

Ação conjunta para evitar nova recessão

Incertezas relacionadas às eleições causam desconfiança em investidores e reduzem a atividade econômica, obrigando o Banco Central e o Tesouro a atuarem. Expectativa é de que PIB cresça próximo de 1% , elevando o desemprego

RODOLFO COSTA



A equipe econômica corre contra o tempo para tentar evitar o pior. Técnicos dizem que os próximos seis meses, os últimos do governo do presidente Michel Temer, serão um grande teste para impedir que a economia mergulhe novamente na recessão. A expectativa é de que o país enfrente uma onda de desconfiança até as eleições. O rastro de prejuízo será inevitável. Para evitar o pior, o Tesouro Nacional e o Banco Central (BC) estão tendo que atuar conjuntamente.

Diante das incertezas tanto no quadro econômico quanto no político, investidores estão vendendo títulos públicos a qualquer preço. O

efeito disso é a queda do valor dos papéis, acarretando perdas gigantescas aos poupadores que aplicam em títulos públicos, por meio dos tradicionais fundos de investimento de renda fixa. Esse grupo inclui a classe média, que rejeita em peso o governo.

A situação está tão complicada que o Tesouro tem feito leilões extraordinários de compra de títulos públicos para dar um parâmetro ao mercado e conter as perdas dos investidores. Nas últimas duas semanas, o Tesouro Direto, pelo qual transitam os pequenos poupadores que aplicam em papéis do governo, suspendeu as negociações em vários dias.

Do lado do BC, o quadro não é diferente. Sob ataque, o presidente da instituição, Ilan Goldfajn, anunciou uma megaintervenção de US\$ 20 bilhões no mercado de câmbio até a próxima sexta, mas ressaltou que, se necessário, esse arsenal poderá ultrapassar o volume de US\$ 110 bilhões utilizado durante o governo de Dilma Rousseff.

Medida extrema

O principal objetivo da autoridade monetária é segurar o dólar e, por tabela, a inflação. O BC não quer chegar à medida extrema de elevar a taxa básica de juros (Selic), que está em 6,5% ao ano, nível mais baixo da história. Para diretores da instituição, seria catastrófico

aumentar juros com a economia em desaceleração, e, sobretudo, diante de um cenário de 13,7 milhões de desempregados.

Apesar de todas as ações, técnicos do Tesouro e do BC admitem que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ficará mais próximo de 1%, repetindo o resultado de 2017. O efeito prático disso será o aumento do desemprego. Há, na equipe econômica, quem não descarte a possibilidade de o número de trabalhadores à procura de emprego voltar ao patamar recorde de 14,2 milhões registrado no primeiro trimestre de 2017.

Entregar a economia em situação menos combatida possível não será uma tarefa simples e dependerá muito da atuação do BC. Do lado fiscal, não é possível fazer nada para reduzir a pressão sobre a autoridade monetária, avalia o economista José Luís Oreiro, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB). “É impossível cortar gastos e o governo não tem condições de elevar as receitas por aumento de imposto. As despesas discricionárias estão no osso e as obrigatórias não se pode cortar. A recriação de uma CPMF para impulsionar a arrecadação depende de uma base de que o governo não dispõe mais no Congresso Nacional”, pondera.





Restará ao BC o trabalho de amenizar os impactos e deixar a atividade produtiva da forma menos desastrosa possível para o futuro governante. Segundo Oreiro, o quadro aponta para crescimento do PIB entre 1,2% e 1,5%. Ele avalia que os ataques sofridos nas últimas semanas são especulativos e em até duas semanas o câmbio voltará a se estabilizar. Para ele, não há fundamentos que justifiquem o comportamento, seja da taxa de juros de longo prazo, seja da taxa de câmbio.

“Os núcleos de inflação estão muito comportados, abaixo de 4% no acumulado em 12 meses. Não há por que a autoridade monetária reagir de maneira intempestiva e elevar a taxa de juros. O que o BC terá que fazer é atuar tanto no mercado de títulos da dívida quanto no mercado de câmbio para estabilizar os preços e deixar essa especulação passar nos dois mercados”, sugere Oreiro.

Incertezas

O estresse nos mercados se atribui, em parte, a incertezas em relação às eleições. A possibilidade de um segundo turno entre Jair Bolsonaro (PSL) e Ciro Gomes (PDT) preocupa os investidores. Os dois são avaliados pelos poupadores como presidenciáveis que não dariam continuidade a uma agenda reformista ortodoxa. No caso do pedetista, a análise é de que ele encaminharia uma pauta progressista, com aumento da tributação de lucros e dividendos,

tributação de herança e volta da CPMF. O concorrente no pleito é encarado como alguém autoritário e que não daria espaço para a equipe econômica tocar uma política de abertura de mercados.

A situação se assemelha a 2002. Por volta de junho daquele ano, as pesquisas apontavam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como favorito na intenção de voto dos eleitores. A avaliação dos investidores não era diferente da atual: acreditavam que a política econômica em uma eventual gestão petista seria marcada por intervenção e pouco diálogo com os mercados. A solução encontrada pelo presidente do BC à época, Armínio Fraga, foi controlar a crise no mercado de câmbio com swaps cambiais, instrumento que equivale à venda de dólar no mercado futuro.

Semelhança

O paralelo com 2002 pede uma estratégia semelhante, avalia o economista Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor do BC. “Armínio colocou uma ração diária que o mercado dizia que não serviria para nada e, no fim do ano, estavam pedindo de joelhos para pararmos de vender dólar. Não tenho mais o pulso do mercado, mas, no momento atual, não seria uma má ideia colocar um pouco de dólar. Aumentaria nossa dívida externa, mas reduziria a interna”, pondera.

A injeção de “rações diárias” ao mercado, como define Freitas, são algumas das poucas medidas que a

equipe econômica pode adotar. Por esse motivo, ele entende que há pouco o que fazer. “Não vejo nada que possam fazer melhor do que estão fazendo. O governo está na UTI e respirando por aparelhos. Teremos uma sobrevida dramática. Vamos ver se aguenta. O importante é tentar evitar o pior”, avalia o consultor. Em 2002, ele ocupava a diretoria de Liquidações e Desestatização do BC.

O economista-sênior do banco Haitong, Flávio Serrano, endossa a análise de Freitas. “É preciso que a equipe econômica continue o que vem fazendo. Não há muito o que discutir em relação à atuação do BC e do Tesouro”, diz. As previsões dele para o PIB, no entanto, são pouco mais otimistas, de crescimento de 2%. Diferentemente de outros analistas que embutiram um impacto forte para a economia em decorrência da greve dos caminhoneiros, ele adota uma postura mais comedida. “Acho pouco provável ficar abaixo de 1,5%. Imaginamos que os impactos (da paralisação) tendem a ser mais pontuais”, justifica.

A previsão de Serrano é de que a atividade econômica volte a se recuperar no terceiro e quarto trimestres, com alguma recuperação da produção industrial e dos investimentos. Mantida a tensão nos mercados e os impactos à dinâmica da atividade até o fim do ano, entretanto, Serrano admite que pode revisar as estimativas. “Pode ser que tenhamos outras notícias negativas.”

CONJUNTURA »**Eleito terá de cortar, pelo menos, R\$ 34 bi**

Preso ao teto de gastos, novo presidente terá muito pouca margem para investimento e imprevistos e será obrigado a eliminar despesas

ALESSANDRA AZEVEDO



Fabio Klein diz que receita deve perder força nos próximos meses, o que agravará a situação

Corte em investimentos, aumento de impostos para determinados setores, diminuição de incentivos tributários e limitações em programas sociais e científicos. As políticas que foram adotadas pelo governo federal para arcar com o desconto no óleo diesel, em troca do fim da greve dos caminhoneiros, podem ser usadas como exemplos do que o próximo presidente terá de fazer para conseguir respeitar o Orçamento. Com alta de R\$ 74 bilhões nas despesas correntes, mas espaço para aumentar os gastos em

R\$ 40 bilhões, o desafio, logo de cara, será cortar R\$ 34 bilhões.

Quem for eleito em outubro entrará no Palácio do Planalto refém de um teto de gastos ainda mais difícil de ser cumprido do que em 2018, com o aumento exponencial das despesas obrigatórias e com a arrecadação comprometida pela crise. “Nos próximos meses, a receita deve perder força, inclusive pelas medidas de redução do PIS e da Cofins resultantes da negociação com os caminhoneiros”, lembra o economista Fabio Klein, especialista em contas públicas da Tendências Consultoria.

A comparação entre o cenário futuro e o que foi feito para resolver o problema do diesel é válida, resguardadas as devidas diferenças. No caso do aperto relativo ao combustível, a medida é, em tese, temporária e contou com uma folga na meta fiscal de 2018. No Orçamento de 2019, não há espaço para imprevistos, e a tendência é de que, se nada for feito, a situação piore ao longo do ano. Os cortes, portanto, precisarão ser muito mais profundos. “Para cumprir o teto, o governo terá que, de início, fazer cortes muito fortes no Orçamento, porque há uma margem muito pequena para qualquer iniciativa. O primeiro setor a sofrer é o de investimentos, o que, no fim, significa cortar crescimento futuro”, explica o pesquisador do Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (Ipea) Luis Henrique Paiva, especialista em políticas sociais.

A situação se agrava diante de um cenário de recessão insistente e do fracasso do presidente Michel Temer em aprovar medidas que trariam alento a partir do ano que vem, com destaque à reforma da Previdência, que aliviaria as contas em R\$ 14 bilhões só em 2019, pelos cálculos do Ministério do Planejamento. A não-aprovação “já está causando impacto, porque é uma despesa que cresce desenfreadamente, sempre acima da inflação, corroendo demais gastos e forçando ajustes quase automáticos”, explica Klein.

Além da reforma que não saiu e da perda de recursos que serão direcionados ao diesel, tem o teto de gastos pressionando, “exigindo cortar mais do que na carne, porque já não tem muito de onde tirar”, nas palavras de Klein. “O espaço que existe para o governo já é virtualmente inexistente, porque o investimento está muito baixo e as despesas de custeio já foram muito reduzidas. Outras despesas são fundamentalmente inegociáveis na magnitude necessária”, pontua Paiva.

Buraco

Como 92% dos gastos do governo, segundo o Tesouro Nacional, são obrigatórios — ou seja, é a fatia usada para pagar despesas que não podem ser





flexibilizadas ou cortadas, como folha de pagamentos e benefícios previdenciários —, resta para cobrir o buraco apenas, basicamente, o que seria destinado a investimentos, ou até apelar para o aumento de tributos. Outra opção é acabar com o teto de gastos, medida que seria um sinal negativo para o mercado do ponto de vista da capacidade do país de organizar as contas e que, para não ter impacto muito grande, precisaria ser contraposta por um sinal altamente positivo, como seria a aprovação da reforma da Previdência.

Se o teto não for revogado, para cumpri-lo, o governo vai ter que criar crédito suplementar, já que não tem mais de onde cortar e não pode emitir dívida para “resolver” o problema. Isso depende da aprovação do Congresso Nacional. “Se os parlamentares não aprovarem a criação de crédito suplementar, basicamente, o governo vai ser

obrigado a descumprir outras regras, que podem chegar ao não pagamento de aposentadorias e salários”, alerta Klein.

Os especialistas trabalham com aumento da tendência de que, nas eleições, vença um candidato que adote o que chamam de cenário “mais pessimista”, que estaria disposto a manter o teto de gastos, mas não a fazer reformas, como a da Previdência. Nesse caso, o governo ficaria de mãos atadas em relação ao ajuste fiscal. “O teto romperia em algum momento, e ele será obrigado a acionar gatilhos de corte de gasto, como o corte de tudo quanto é despesa e o não reajuste do salário mínimo. Em resumo, ficaria paralisado por quatro anos”, explica Klein.

R\$ 14 bilhões

Alívio nas contas, em 2019, caso a reforma de Previdência tivesse sido aprovada